



ESTADO DO PIAUÍ  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DO DEPUTADO FRANCIS LOPES

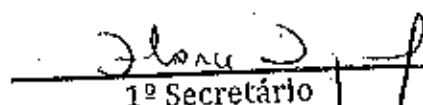


Indicativo de Projeto de Lei Nº 01 de 04 de ABRIL de 2017

**LIDO NO EXPEDIENTE**

Em, 04/04/2017

Estabelece penalidades para os pais ou responsáveis que não comparecerem às escolas de seus filhos ou assistidos.

  
1º Secretário

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu, nos termos da Constituição do Estado, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam instituídas penalidades aos pais ou responsáveis legais que não compareçam às reuniões oficiais de pais e mestres ou diálogo individual com os professores na rede estadual de ensino.

Parágrafo Único. As reuniões referidas no caput deste artigo serão comunicadas por escrito sendo expedidas com documento que comprove a ciência inequívoca dos pais ou responsáveis legais, devendo observar a antecedência mínima de comunicação em 5(cinco) dias da realização.

Art. 2º Cada escola estadual manterá o registro de comparecimento dos pais, devidamente atestado pelo Diretor da respectiva escola mensalmente.

Art. 3º Aplicam-se aos pais que não cumprirem o disposto no artigo 1º de forma injustificada será de 20 (vinte) UFR-PI, com aplicação e arrecadação posteriormente regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões Legislativas em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

  
FRANCIS LOPES  
Deputado Estadual PRP/PI



ESTADO DO PIAUÍ  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GABINETE DO DEPUTADO FRANCIS LOPES



**Justificação:**

O presente indicativo tem fulcro nos termos do artigo 114 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, e fora elaborado, a fim de contemplar na íntegra o disposto no artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ao observar-se que este não está sendo cumprido de acordo com sua *mens legis*.

Verificamos que não ficam claro nos dispositivos legais em vigor mecanismos reais de obrigatoriedade de participação nas atividades escolares. Medida esta é necessária para que se faça cumprir o disposto no artigo 32 caput da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no que tange a formação básica do cidadão, além de proporcionar momento de conexão entre os atores e o ambiente escolar.

Do ponto de vista social, a escola redistribui a responsabilidade entre os atores envolvidos na educação do aluno, trazendo-o e seus responsáveis, mesmo que sob penalidade, de volta ao seio comunitário da escola para que interem-se da dinâmica educacional proposta e ainda cuidando para o real aproveitamento das atividades escolares.